



SANEAMENTO DE GOIÁS S/A
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saneamento de Goiás S.A. – SANEAGO é uma sociedade de economia mista, constituída na forma da Lei Estadual nº 6.680 de 13 de setembro de 1967, que tem por objetivo social a implantação e exploração de sistemas de abastecimento de água potável, de coleta e tratamento de esgoto sanitário no Estado de Goiás na forma prevista nas concessões, autorizações ou permissões que lhe forem outorgadas, assim como, a pesquisa e lavra de qualquer bem mineral em todo o território nacional.

O prazo médio das concessões é de 25 anos contados da data de assunção dos serviços, havendo a possibilidade de prorrogação mediante negociação com cada município.

A Companhia fornece serviços de água em 224 municípios do Estado de Goiás. Em 41 municípios há serviços de coleta de esgoto e destes 35 tem tratamento do esgoto.

Para 2006 está previsto a conclusão de obras com sistemas de esgoto sanitário (coleta e tratamento) em 11 municípios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira (Lei 6.404/76) e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Todos os valores estão expressos em milhares de reais, salvo indicação específica.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

(i) Receitas com vendas e prestação de serviços

A receita é reconhecida à medida em que os serviços são faturados.

(ii) Despesas e receitas financeiras

Representadas substancialmente por juros e variações monetárias decorrentes de empréstimos, financiamentos e parcelamentos, calculados e registrados contabilmente pelo regime de competência.

(iii) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída por montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber de clientes, ou seja, para todos os usuários particulares, com saldos vencidos há mais de 90 dias e para usuários públicos com vencimento acima de 5 anos.

c) Estoque

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são avaliados ao custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

Os estoques destinados à obras (expansão) estão classificados no ativo Permanente (obras em andamento) pelo custo histórico.

d) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são registrados pelo custo de aquisição ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

e) Permanente

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota 8.

f) Empréstimos, financiamentos e parcelamentos

Estão atualizados pelas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos.

g) Provisões para contingências

Constituídas para cobertura de eventuais perdas, consideradas suficientes pela administração e assessores jurídicos da Companhia, relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis, comerciais e eventuais questionamento das autoridades tributárias, nas instâncias administrativas e judiciais.

h) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia patrocina plano de previdência privada de benefício definido.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são contabilizados pelo regime de competência, registrados na rubrica provisão para contingência em contrapartida do resultado do período. As provisões são registradas com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido e para a Contribuição Social 9%.

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo do prejuízo fiscal acumulado foi zerado e a base negativa da Contribuição Social é de R\$ 525.853.

j) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

4. DISPONIBILIDADES

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Caixa	424	396
Bancos -contas correntes/arrecadações	10.587	7.823
Bancos -contas vinculadas a obras	249	667
Banco - arrecadação a liberar	3.763	3.081
Aplicações financeiras	-	-
	<u>15.023</u>	<u>11.967</u>

5. CRÉDITOS A RECEBER DE USUÁRIOS

	<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	<u>Particular</u>	<u>Público</u>	<u>Particular</u>	<u>Público</u>
A vencer há mais de 30 dias	23.181	3.810	4.226	3.780
A vencer até 30 dias	9.513	13.410	40.728	2.924
Vencidos até 30 dias	16.216	3.256	12.737	2.891
Vencidos de 31 a 60 dias	4.228	1.094	3.372	2.712
Vencidos de 61 a 90 dias	2.977	708	2.492	2.621
Vencidos de 91 a 120 dias	2.428	695	1.993	1.384
Vencidos de 121 a 180 dias	3.941	917	3.267	1.511
Vencidos de 181 a 360 dias	7.900	1.962	7.416	3.028
Vencidos de 361 dias a 5 anos	27.160	12.492	24.223	11.896
Vencidos acima de 5 anos	1.911	2.995	5.842	6.153
Arrecadações a discriminar	1.822		207	
(-) Provisão para devedores duvidosos	(46.333)		(46.333)	
(-) Provisão para perda		(2.784)		(6.153)
	<u>54.944</u>	<u>38.555</u>	<u>60.170</u>	<u>32.747</u>
		<u>93.499</u>		<u>92.917</u>

a) Os valores acima não consideram multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso nos recebimentos.

b) A partir do mês de setembro de 2005 foi alterada a concepção de referência do faturamento, onde os ciclos de leitura passaram a incidir no período de 01 à 30 do mês de competência. O motivo apresentado que levou a alteração foi, a necessidade do sistema contábil receber as informações da área comercial até o dia 10 do mês seguinte, visando encerramentos contábeis em tempo hábil para atender aos prazos estabelecidos pela CVM e a legislação específica, no intuito de evitar

multas pelos atrasos no envio das informações. Desta forma, a partir do mês de setembro de 2005 a leitura dos serviços medidos e faturados, foram dentro do próprio mês de competência.

- c) O Saldo contábil, sem considerar as provisões, em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 140.793 e o relatório de controle operacional é de R\$ 149.542, gerando uma divergência no valor de R\$ 8.749. Para sanar esta divergência a Companhia designou uma equipe composta por técnicos das áreas contábil, comercial e informática, que vem analisando todos os aplicativos dos sistemas de informações. Foram detectadas e sanadas algumas inconsistências. O trabalho de verificação encontra-se em andamento, vez que não foram revisados todos os aplicativos, no entanto, de acordo com o andamento dos trabalhos, há indicativo de que existem inconsistências nos parâmetros do relatório operacional, pois já foi concluída a verificação no aplicativo da receita e constatado que as informações geradas para a contabilidade estão corretas.

6. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Depósitos dados em garantia	3.100	1.353
Pagamentos por conta do INSS	177	177
Serviços prestados a terceiros	2.447	1.643
Imposto de renda retido na fonte	74	50
Cheques devolvidos	159	121
Adiantamentos a empreiteiros e fornecedores	46	13
Caesb - Consórcio de Águas Lindas	135	-
(-) Provisão para perdas	(1.342)	(1.342)
Adiantamentos Diversos	270	184
	<u>5.066</u>	<u>2.199</u>

7. INVESTIMENTO - Constituição de Subsidiária CAAB

A Lei nº 15.249 de 15 de julho de 2005, autoriza a criação de empresa subsidiária da SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. – SANEAGO, sob a denominação de COMPANHIA AMBIENTAL ÁGUAS BRASILEIRAS – CAAB, com sede e foro no Município de Luziânia, Estado de Goiás, que tem por objetivo a implantação e ampliação de sistemas e exploração dos serviços de abastecimento de água potável, de coleta e tratamento de esgotos sanitários, de resíduos sólidos e atuação em outras atividades afins, nos Municípios goianos situados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

8. IMOBILIZADO

			<u>2005</u>	<u>2004</u>
	Taxa de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido
			Líquido	Líquido
Por contas				
Sistemas de água		1.178.260	309.429	868.831
Sistemas de esgoto		1.338.433	239.600	1.098.833
Bens de uso geral		32.830	10.306	22.524
Obras em andamento		260.497	-	260.497
Programa BID		130.065	-	130.065
Outras imobilizações		540	-	540
		<u>2.940.625</u>	<u>559.335</u>	<u>2.381.290</u>
				<u>2.218.187</u>
Por natureza				
Em operação				
Terrenos		9.850		9.850
Servidões		1.553		1.553
Poços	5%	5.214	944	4.270
Barragens	3%	91.762	33.241	58.521
Construções civis	2%	186.172	39.270	146.902
Linhas de transmissão	2%	823	193	630
Tubulações	2%	1.968.628	409.224	1.559.404
Reserv. e tanques de armazenan	2%	152.235	36.411	115.824
Hidrômetros e macromedidores	10%	2.697	2.058	639
Ligações prediais	5%	21.985	15.337	6.648
Decantadores e lagoas de secagem	2%	48.741	1.071	47.670
Equipamentos	10%	51.207	17.911	33.296
Móveis e utensílios	10%	2.330	1.068	1.262
Veículos	20%	3.518	1.514	2.004
Computadores	20%	2.437	969	1.468
Software	20%	172	65	107
Máquinas, tratores e similares	25%	73	60	13
Obras de arte		5		5
Direitos de uso de telefone		111		111
Marcas e Patentes		11		11
Outras imobilizações		541		541
		<u>2.550.065</u>	<u>559.336</u>	<u>1.990.729</u>
				<u>1.865.264</u>
Em andamento				
Estoque de obras		21.809		21.809
Sistemas de abastecimento de água		96.815		96.815
Sistemas de esgoto		137.712		137.712
Bens de uso geral		294		294
Adiantamento a terceiros		223		223
Terrenos a Regularizar		3.643		3.643
Programa BID - Recursos BID		69.213		69.213
Programa BID - Recursos Local		60.852		60.852
		<u>390.561</u>		<u>390.561</u>
				<u>352.923</u>
		<u>2.940.626</u>	<u>559.336</u>	<u>2.381.290</u>
				<u>2.218.187</u>

a) Estação Elevatória de Água Bruta – Entorno de Brasília

O aproveitamento hidroelétrico no Rio Corumbá, denominado Corumbá IV, irá provocar a submersão da captação de água bruta que abastecerá as cidades do Entorno de Brasília.

A SANEAGO assinou com a proprietária do empreendimento – Corumbá Concessões S/A um Termo de Compromisso, em acordo com Edital nº 001/2000 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), cujo objeto é a substituição, sob responsabilidade de Corumbá Concessões S/A, da citada estação elevatória e de suas unidades complementares. A expectativa é a inexistência de perdas e atrasos, já que o ressarcimento consta do Edital nº 001/2000 da ANEEL e do Termo de Compromisso assinado em 01 de janeiro de 2005, com prazo de execução das obras de 12 meses. Porém o compromisso não foi cumprido, em virtude de alegadas exigências por parte do IBAMA.

b) Contrato de Concessões

A Companhia está discutindo judicialmente os contratos de concessões de serviços de fornecimento de água e esgoto, dos municípios abaixo:

i) Catalão - o município conseguiu retomar o sistema por medida judicial, sendo que o processo teve resultados desfavoráveis à SANEAGO em 1ª e 2ª Instâncias. Recentemente a Companhia impetrou recurso Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores onde existe possibilidade de obter-se decisão favorável a Companhia.

ii) Itajá – nessa cidade, o contrato encontra-se vencido. O município impetrou medida judicial para retomada do sistema, que foi deferida liminarmente. Por decisão do Tribunal de Justiça, a SANEAGO continua operando. Essa ação foi julgada no mérito, não logrando sucesso à empresa. Dessa decisão a SANEAGO recorreu e seu recurso, que tem efeito suspensivo permitindo a SANEAGO continuar operando, foi julgado em junho de 2005, com cassação da sentença retornando o processo à origem para nova decisão. A Companhia ajuizou, ainda, medida cautelar, pedido de produção antecipada de prova, buscando avaliar o sistema e ser determinado o *quantum* a ser ressarcido à Companhia. Foi realizada a perícia e o resultado está sendo discutido pelas partes.

iii) Caldas Novas – em face da retomada dos sistemas pelo município, em 27 de junho de 1995, a SANEAGO ajuizou ação de indenização. Foi realizada a primeira perícia, em 2003 cujo resultado está sendo questionado, tanto pelo Município, quanto pela SANEAGO.

iv) Minaçu – O Município aforou, em março de 2004, ação buscando a rescisão do contrato cujo pedido de Liminar foi negado pelo Juiz, continuando a Companhia a operar normalmente o sistema. Foi oferecida contestação pela Assessoria Jurídica e a primeira audiência do processo, realizada em 22 de fevereiro de 2005, foi suspensa pelo Juiz, visando realização de acordo. Não houve acordo e os autos estão suspensos.

v) São Luiz de Montes Belos – O Município aforou, em maio de 2003, ação cominatória buscando a retomada do sistema. O pedido de Liminar foi negado pelo Juiz da Comarca e pelo Tribunal de Justiça de Goiás, continuando a Companhia a operar o sistema normalmente. Foi oferecida contestação pela Assessoria Jurídica. Foi requerida a extinção do processo pelo município.

A Administração optou por não baixar nenhum ativo, até o desfecho final de cada processo, paralizando o reconhecimento de despesa de depreciação correspondente às cidades que a Companhia não está operacionalizando o sistema de água e esgoto, que são os municípios de Caldas Novas e Catalão.

c) Liberações do Governo Federal

Os saldos do ativo imobilizado incluem bens constituídos e/ou comprados com repasses de verbas do Orçamento Geral da União - OGU, como mencionado na nota 18.d.

d) Constituição do Consórcio CAESB/SANEAGO

Devido ao crescimento repentino e contínuo do Município de Águas Lindas o saneamento básico passou a ser uma preocupação para a CAESB e a SANEAGO, principalmente, com o comprometimento da qualidade da água que abastece o Distrito Federal, devido ao escoamento de águas pluviais e outros lançamentos para o lago existente no Rio Descoberto, divisa entre o Estado de Goiás e o Distrito Federal. Assim foi formado em 07 de abril de 2003 um Consórcio entre as Companhias que estão tomando medidas conjuntas na busca de solução.

e) Obras em Andamento

Em 14 de junho de 2005, foi instituída internamente a Instrução Normativa 07-0342, que disciplina os procedimentos para o recebimento de obras e serviços a serem incorporados ao Patrimônio da Saneago.

f) Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Goiânia

O Estado de Goiás assumiu a dívida referente energia elétrica da Companhia, em virtude do Distrato com a CELG que culminou em Redução de Capital, conforme comentado na nota 18.b. Pela assunção, o Estado receberá em pagamento a ETE – Goiânia. O estágio atual é o de conferência das documentações encaminhadas ao Setor de Patrimônio do Estado de Goiás, junto à Secretaria da Fazenda.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2005		2004	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	15.705	157.622	14.399	168.371
b) CAESAN	2.905	-	2.104	877
c) BANCO IND. E COM S/A - BIC	12.024	-	6.901	-
d) BANCO INT.DE DESENVOLVIMENTO - BID	499	48.138	419	31.855
e) BANCO PINE S/A	8.416	196	3.667	-
f) BANCO MERCANTIL DO BRASIL - BMB	3.189	-	2.441	-
g) BANCO MERCANTIL DE CRÉDITO S/A-BMC	7.316	-	9.003	-
h) BANCO DE MINAS GERAIS - BMG	7.126	-	-	-
i) BANCO DO BRASIL S/A	768	-	-	-
j) BANCO DAYCOVAL S/A	5.000	-	-	-
k) BANCO TRICURY S/A	6.799	-	-	-
m) BANCO SANTOS S/A	-	-	1.267	-
	<u>69.747</u>	<u>205.956</u>	<u>40.201</u>	<u>201.103</u>

a) Caixa Econômica Federal - CEF

Financiamentos destinados à implantação, ampliação e/ou melhorias de sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário, com juros de 5 a 8% a.a., com carência de até 3 anos, corrigidos pela variação da UPR. O vencimento final será no ano 2024. Em garantia desses financiamentos foram dados os bens que integram o Sistema de Abastecimento de água Meia – Ponte/João Leite de Goiânia – GO, e recursos provenientes da arrecadação das tarifas. Todos os financiamentos estão em fase de retorno.

O valor pago no exercício foi de R\$ 26.777 (R\$ 26.911 em 2004).

b) CAESAN – Caixa de Assistência dos Empregados da Saneago

Em 20 de maio de 2004, foi firmado instrumento contratual de consolidação de débito e empréstimo no valor de R\$ 3.703, que será amortizado em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de 40% do mesmo, vencendo a primeira parcela em 20 de junho de 2004 e última em 20 de maio de 2006.

O montante pago no exercício foi de R\$ 954 (R\$ 1.158 em 2004), encontra-se em atraso R\$ 1.790, referente as parcelas vencidas de junho à dezembro.

c) Banco Industrial e Comercial - BIC

A Companhia possui os seguintes contratos de empréstimos na modalidade mútuo, tendo como garantias direitos creditórios sobre as arrecadações:

Contrato	Início	Vencimento	Parcelas	Principal R\$	Encargos	2005	2004
815.014.5	04/05/2004	29/04/2005	12	2.000	CDI+1.60% a .m.	-	836
082.999.1	05/08/2004	19/08/2005	12	8.000	CDI+1.40% a .m.	-	6.065
085.250.3	20/01/2005	20/01/2006	12	10.000	CDI+1.50% a .m.	1.173	
086.359.8	25/04/2005	20/04/2006	12	7.000	CDI+1.50% a .m.	2.988	
088.168.7	28/09/2005	27/03/2006	06	5.000	CDI+1.50% a .m.	2.742	
089.033.8	06/12/2005	16/12/2006	12	5.000	CDI+1.50% a .m.	5.121	
						<u>12.024</u>	<u>6.901</u>

d) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Em 11 de dezembro de 2002 foi assinado Contrato de Empréstimo no valor de US\$ 47.600.000,00 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, correspondendo ao financiamento de 50% do programa de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água potável e tratamento de esgoto sanitário da região de Goiânia. Até 31 de dezembro de 2005, havia sido liberado um montante de US\$ 20.565.408,63, restando um saldo à liberar de US\$ 27.034.591,37.

As amortizações serão em parcelas semestrais iguais, sendo a primeira amortização em 11 de outubro de 2008 e a última em 11 de dezembro de 2027.

Os juros serão pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, com taxa determinada pelo próprio BID a cada semestre. A taxa média até o último pagamento, efetuado em 10 de outubro de 2005, foi de 4,85% ao ano.

Sobre o saldo não desembolsado será cobrada comissão de crédito de 0,75% ao ano, com pagamento simultâneo com os juros. Nos últimos dois semestres verificou-se uma redução da taxa em 0,25% ao ano.

e) Banco Pine S/A

A Companhia possui os seguintes contratos de empréstimos na modalidade mútuo, tendo como garantias direitos creditórios sobre as arrecadações:

Contr.	Início	Venc.	Parc.	Principal	Encargos	2005		2004
						CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO
1960	01/12/2004	01/12/2005	12	4.000	CDI+1,02% a.m.	-	-	3.667
0355	15/04/2005	13/04/2006	12	2.000	CDI+1,5% a.m.	673	-	
0749	21/07/2005	19/01/2007	18	3.000	CDI+1,5% a.m.	2.022	196	-
0964	30/09/2005	30/05/2006	06	5.200	CDI+1,5% a.m.	5.721	-	-
						<u>8.416</u>	<u>196</u>	<u>3.667</u>

f) Banco Mercantil do Brasil - BMB

A Companhia possui os seguintes contratos de empréstimos na modalidade mútuo, tendo como garantias direitos creditórios sobre as arrecadações:

<u>Contrato</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimen.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
4167229-1	08/07/2004	22/06/2005	2.000	2.5% a .m.	-	2.441
4698097-0	30/09/2005	30/09/2007	3.500	2.7% a .m.	3.189	-
					<u>3.189</u>	<u>2.441</u>

g) Banco Mercantil de Crédito S/A - BMC

A Companhia possui os seguintes contratos de empréstimos na modalidade mútuo, tendo como garantias direitos creditórios sobre as arrecadações:

<u>Contrato</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimen.</u>	<u>Parcel.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	20/09/2004	13/10/2005	12	10.000	CDI+1.0% a .m.	-	9.003
3.961	24/10/2005	24/10/2006	12	3.000	CDI+1.2% a .m.	2.331	-
	27/12/2005	22/12/2006	12	3.900	CDI+1.2% a .m.	3.885	
	27/12/2005	22/12/2006	12	1.100	CDI+1.2% a .m.	<u>1.100</u>	
						<u>7.316</u>	<u>9.003</u>

h) Banco de Minas Gerais S/A - BMG

A Companhia possui os seguintes contratos de empréstimos na modalidade mútuo, tendo como garantias direitos creditórios sobre as arrecadações:

<u>Contrato</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimen.</u>	<u>Parcel.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>2005</u>
15.03.00689	24/06/2005	26/06/2006	12	7.000	CDI+1.50% a .m.	4.719
15.03.00806	15/07/2005	16/06/2006	12	3.000	CDI+1.50% a .m.	<u>2.407</u>
						<u>7.126</u>

i) Banco do Brasil S/A

A Companhia possui os seguintes contratos de empréstimos na modalidade mútuo, tendo como garantias direitos creditórios sobre as arrecadações:

Contrato	Início	Vencimen.	Parcel.	Principal	Encargos	2005
20/05301-0	17/11/2005	17/11/2006	12	285	CDI/OVER+1.2% a .m.	264
338.800.614	17/11/2005	26/06/2006	-	500	CDI/OVER+1.5% a .m.	504
						768

j) Banco Daycoval S/A

Em 27 de dezembro de 2005, foi celebrado contrato de empréstimo no valor de R\$ 5.000, com cláusula de correção pelo CDI mais juros de 1,5% a.m.. O último vencimento será em 20 de novembro de 2006.

l) Banco Tricury S/A

A Companhia possui os seguintes contratos de empréstimos na modalidade mútuo, tendo como garantias direitos creditórios sobre as arrecadações:

Contrato	Início	Vencimen.	Parcel.	Principal	Encargos	2005
5.330	01/11/2005	01/09/2006	10	4.028	3.00% a .m.	3.744
5.361	12/12/2005	12/06/2006	6	3.000	2.90% a .m.	3.055
						6.799

10. EMISSÃO DE DEBÊNTURE PÚBLICA

Em 17 de agosto de 2005 foi protocolado na CVM o pedido de registro de distribuição pública de debêntures simples, 2ª emissão da Saneago, no valor de R\$ 40.000. A pedido da Companhia foi interrompida a análise do pedido de registro, pelo prazo de 60 dias úteis, findos em 31.03.2006.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
PREVSAN	1.673	1.187
CAESAN	1.770	571
INSS	3.483	2.960
COFINS	445	2.161
IPASGO	2	2
PASEP	119	497
FGTS	977	803
Imposto de renda retido na fonte	692	531
ISS	1.300	1.300
Retenções de Contribuições federais	442	605
	<u>10.903</u>	<u>10.617</u>

12. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

a) PREVSAN

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da SANEAGO – PREVSAN, entidade constituída em 21 de agosto de 1992, com o objetivo principal de administrar o plano de benefício previdenciário complementar dos empregados da SANEAGO. O plano de suplementação de aposentadoria administrado pela PREVSAN é de Benefício Definido, custeado por contribuições dos participantes ativos, participantes vinculados, participantes assistidos e da Patrocinadora, abrangendo os benefícios de suplementação de aposentadoria por invalidez, tempo de serviço, idade, antecipação de aposentadoria, aposentadoria especial, pensão e abono anual. A contribuição mensal da patrocinadora é em igual valor das contribuições vertidas pelos participantes ativos, mantendo a paridade de um para um.

O montante pago pela patrocinadora no exercício foi R\$ 2.103 (R\$ 8.091 em 2004) e encontra-se em atraso R\$ 760, referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2005.

A patrocinadora repassou no exercício R\$ 6.665 parte dos empregados.

b) CAESAN

A Companhia também é patrocinadora da Caixa de Assistência dos Empregados da SANEAGO - CAESAN, entidade sem fins lucrativos, que tem como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da SANEAGO. O patrocínio da Companhia é exclusivo para empregados ativos.

O programa assistencial, que é constituído por planos optativos de livre escolha, é mantido por contribuições da patrocinadora e dos participantes, sendo:

- Da companhia 2,5% incidente sobre o total bruto da folha de pagamento, inclusive sobre o 13º salário.
- Dos participantes 2,17% incidente sobre o salário bruto, respeitado o limite mínimo de R\$ 8,40 e o máximo de R\$ 50,41.

O montante pago pela patrocinadora no exercício foi R\$ 1.274 (R\$ 6.066 em 2004) e encontra-se em atraso R\$1.108, referente ao período de julho a novembro de 2005.

A patrocinadora repassou no exercício R\$ 4.396 parte dos empregados.

13. PARCELAMENTOS

	2005		2004	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CAESAN	596	-	-	-
CELG	-	-	21.377	-
PAES	9.090	104.541	7.893	99.977
PREVSAN	8.729	65.765	5.265	67.997
Outros	1.293	125	332	161
	<u>19.708</u>	<u>170.431</u>	<u>34.867</u>	<u>168.135</u>

a) CAESAN – Caixa de Assistência dos Empregados da Saneago

Em fevereiro de 2005, foi celebrado o Instrumento de Consolidação e Parcelamento de Débito, no montante de R\$ 635, referente as contribuições vencidas em 5 de janeiro de 2005, correspondente ao mês de dezembro e 13º salário de 2004. O débito será pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo CDI, acrescido de 40% sobre o mesmo. Em garantia foram oferecidos recursos oriundos das tarifas de água e coleta de esgoto.

O montante pago no exercício foi de R\$ 231 (R\$ 848 em 2004), encontra-se em atraso R\$ 530, referente as parcelas vencidas de junho à dezembro de 2005.

b) PAES – Parcelamento Especial

A Companhia aderiu ao PAES, em 2 de julho de 2003, conforme Lei 10.684 de maio de 2003, incluindo nesse programa os débitos relativos a contribuição social do exercício base de 1991 e dos meses de janeiro, fevereiro e março de 1992 e ao Imposto de Renda do ano base de 1995, totalizando R\$ 105.747. O débito está sendo pago em 180 meses.

O montante pago no exercício foi de R\$ 8.665 (R\$ 7.494 em 2004), sendo R\$ 7.228 amortização e R\$ 1.437 juros.

c) PREVSAN – Parcelamento

Em 15 de agosto de 2003, foi firmado instrumento de Consolidação e Parcelamento de Dívida nº 705, no montante de R\$ 74.259, parcelado em 142 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 725, corrigidas pelo INPC, vencendo-se a primeira, em 20 de agosto de 2003 e a última em 20 de maio de 2015.

O débito consolidado está composto por: i) compromissos especiais passados no montante de R\$ 55.958; ii) contribuições contratadas vencidas e vincendas, objeto do contrato de consolidação e parcelamento de débito de 22 de outubro de 2002 no valor de R\$ 15.075; iii) contribuições da patrocinadora em atraso, com os respectivos encargos, relativas ao período de fevereiro a maio de 2003 no valor de R\$ 3.226.

O montante pago no exercício foi de R\$ 7.724 (R\$ 9.185 em 2004). Encontra-se em atraso R\$ 2.641, referente as parcelas vencidas em outubro, novembro e dezembro de 2005.

14. CONCESSÕES PREFEITURAS

Referem-se a participação de 2% a 5% sobre a arrecadação, em 36 municípios, conforme contratos de concessões o saldo no final do exercício é de R\$ 5.466 e encontram-se em atraso R\$ 3.047.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR – CURTO PRAZO

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Consignações	378	325
Cauções	266	207
Debêntures	-	27
Acionista - Estado de Goiás	1.366	1.994
Outras	<u>45</u>	<u>40</u>
	<u><u>2.055</u></u>	<u><u>2.593</u></u>

Acionista – Estado de Goiás, refere-se ao saldo remanescente do Termo de Acordo entre o Estado de Goiás e a SANEAGO assinado em 5 de dezembro de 2000.

16. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Em atendimento ao disposto na Deliberação CVM 371 de 13 de dezembro de 2000, apresentamos abaixo os valores apurados dos benefícios de pensão e aposentadorias concedidos e a conceder que os empregados farão jus após o tempo de serviço.

O trabalho foi realizado pelo método do Crédito Unitário Projetado, entretanto a PREVSAN utiliza a metodologia da Idade de Entrada, em razão disso, foram necessários ajustes atuariais, para que o trabalho fosse realizado, porém sem nenhum prejuízo ao bom desempenho dos resultados apresentados.

A PREVSAN tinha em 31 de dezembro de 2004 um valor presente de obrigações de R\$ 191.222 e para 31 de dezembro de 2005 passaram para R\$ 263.228.

O tempo médio de permanência no trabalho é de 8,71 anos.

A seguir apresentamos um quadro resumo com a apuração do ganho e perda atuarial do exercício de 2005:

Descrição	Valores em R\$
1. Valor Líq. acumulado dos ganhos e (perdas) atuariais em 31/12/2004	8.159.207,00
2. Limite de 10% em 31/12/2004	22.389.786,60
2.1. da obrigação atuarial	815.920,70
2.2. do valor justo dos ativos do plano	21.573.865,90
3. Excesso	0,00
4. Tempo médio remanescente estimado (em anos)	8,71
5. Ganhos/(Perdas) a serem reconhecidos	0,00
6. Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos em 31/12/2004	8.159.207,00
7. Ganhos/(Perdas) atuariais para o ano sobre a obrigação	62.228.903,01
8. Ganhos/(Perdas) atuariais para o ano sobre os ativos do plano	(65.735.628,93)
9. Ganhos/(Perdas) atuariais do exercício	4.652.481,08
10. Amortização dos ganhos/(perdas) atuariais acumulados	534.153,97
11. Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos em 31/12/2005	4.118.327,10

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	110.376	94.953
Contribuição Social Sobre o Lucro	7.533	4.195
Provisões para processos cíveis	464	7.870
Provisões para processos trabalhistas	<u>3.499</u>	<u>4.070</u>
	<u>121.872</u>	<u>111.088</u>

a) Reflexo das provisões no Resultado do Exercício

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	36.080	32.045
Contribuição Social Sobre o Lucro	3.830	2.937
Provisões para processos cíveis	4.893	1.642
Provisões para processos trabalhistas	-	3.294
	<u>44.803</u>	<u>39.918</u>

b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica

Refere-se à provisão para fazer face a eventuais questionamentos das autoridades tributárias pela compensação dos prejuízos fiscais acumulados até 31 de dezembro de 1994, sem considerar o limite de 30%, na apuração dos impostos de renda da Companhia desde o exercício de 1995. O cálculo do valor da provisão é realizado de acordo com a legislação em vigor. O imposto está acrescido de multa e encargos correspondentes.

Em 30 de abril de 2005 a Administração da Companhia, baseado no parecer dos assessores jurídicos, procedeu a reversão da provisão constituída, mencionada no parágrafo anterior, correspondente ao período base de 1999 relativa ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, nos valores de R\$ 22.234 e R\$ 490, respectivamente.

Durante os exercícios de 2005 e de 2004 foram registrados os seguintes valores:

	<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	Base de Cálculo	Provisão	Base de Cálculo	Provisão
Imposto de Renda - 15%	62.978	9.447	68.075	10.211
Imposto de Renda - Adic.10%	62.738	6.274	67.836	6.784

A despesa de imposto de renda foi registrada na rubrica “Provisão para Contingências”, como mencionado na nota 3.i .

c) Contribuição Social Sobre o Lucro

Refere-se à provisão para fazer face a eventuais questionamentos das autoridades tributárias pela compensação das bases negativas de contribuição social acumuladas até 31 de dezembro de 1994, sem considerar o limite de 30%. O cálculo do valor da provisão é realizado de acordo com a legislação em vigor. As contribuições estão acrescidas das multas e encargos correspondentes. Em 30 de abril de 2005, foi revertido R\$ 490 conforme mencionado na nota 17.b

Durante os exercícios de 2005 e de 2004 foram registrados os seguintes valores:

	<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	Base de Cálculo	Provisão	Base de Cálculo	Provisão
Contribuição Social	19.130	1.722	24.227	2.180

d) Processos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte integrante de diversos processos, e baseada na opinião dos assessores jurídicos, os processos cíveis e trabalhistas classificados como de provável perda, foram devidamente provisionados. Ainda, a Assessoria Jurídica está desenvolvendo minucioso estudo, no sentido de revisar os processos que envolvem a companhia, visando certificar a adequação dos montantes provisionados.

e) Imposto sobre Serviços – ISS

Em 2002 e 2003, foram lavrados autos de infração pela Prefeitura Municipal de Goiânia no montante de R\$ 78.605. Deste valor, R\$ 59.630 possui tutela antecipada de 03 de maio de 2.004.

A Administração, orientada pelos seus assessores jurídicos, está contestando os referidos autos e não constituiu nenhuma provisão, por entenderem que esses valores não são devidos.

18. PATRIMONIO LÍQUIDO

a) Capital Social

	2005		2004	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Capital Subscrito	2.000.000.000	2.000.000.000,00	2.000.000.000	2.000.000.000,00
Capital Integralizado	1.625.236.851	1.625.236.851,00	1.767.551.842	1.767.551.842,00
Capital a Integralizar	374.763.149	374.763.149,00	232.448.158	232.448.158,00

O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendos de 25% do lucro líquido apurado, distribuído em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais.

O valor unitário das ações ordinárias e preferenciais é de R\$ 1,00

b) Redução de Capital Social

No exercício de 2004 foram emitidas ações para a Companhia Energética de Goiás – CELG, no montante de R\$ 143.315 referentes ao pagamento de dívidas. A emissão se deu conforme termos abaixo:

- ◆ Termo Aditivo de 11 de maio de 2004 ao acordo firmado em 11 de novembro de 2002 no valor de R\$ 55.873 ;

- ◆ Segundo Termo de Reconhecimento de Dívida de 23 de setembro de 2004 no valor de R\$ 87.442, assim composto:
 - i) fornecimento de energia elétrica nas diversas unidades da Companhia, no período de abril de 2004 a julho de 2004 no valor de R\$ 16.407;
 - ii) debêntures particulares no valor de R\$ 18.540;
 - iii) saldo remanescente do 2º termo aditivo de 11 de maio de 2004 ao acordo firmado em 11 de novembro de 2002 no valor de R\$ 52.495.

Em 1º de agosto de 2005 foi firmado entre a SANEAGO e CELG, com interveniência do Estado de Goiás e aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária - AGE nº 91, realizada em 21 de outubro de 2005, o Termo de Rescisão dos acordos acima mencionados. Assim a SANEAGO estará revertendo o registro contábil anteriormente consignado, reduzindo seu capital social em R\$ 143.315 e reconhecendo obrigação atualizada e consolidada no valor de R\$ 183.693, sendo:

- i) o valor atualizado até 31 de julho de 2005 do primeiro termo R\$ 70.662;
- ii) o valor histórico do segundo termo R\$ 87.442; e
- iii) consumo de energia elétrica do período de 1º de agosto de 2004 a 30 de abril de 2005 no montante de R\$ 25.589.

Entretanto o Estado de Goiás, autorizado pela Assembléia Legislativa, Lei 15.242/05, pode assumir dívidas da Companhia até R\$ 202.177, decorrentes de consumo de energia elétrica, principal mais encargos, mediante transferência ao patrimônio estadual de bens, dos quais serão celebrado contrato de Gestão com a Saneago. Está sendo avaliada a Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário de Goiânia.

c) Outras reservas de lucros

Refere-se a correção monetária instituída pela Lei 8.200/90 (diferença IPC/BTNF), que é oferecido à tributação na proporção de 10% cada ano. O saldo em 31 de dezembro de 1995, data de início da tributação, era de R\$ 626.400. O saldo de 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 206.149, restando a tributar o valor de R\$ 6.264. A destinação desta reserva será definida pela Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 12 de abril de 2006 para posteriormente efetuar o lançamento contábil, pois é critério adotado pela área de contabilidade da Companhia tal procedimento.

d) Reserva de Capital – Auxílio para obras

Refere-se a liberações efetuadas pelo Governo Federal através do Ministério da Integração Nacional – Orçamento Geral da União (OGU), a favor do Estado de Goiás, sendo a Companhia apenas interveniente-executora, conforme contratos de repasses, o

montante recebido neste exercício foi de R\$ 7.162 e a doações de diversos sistemas de água e esgoto de particulares no valor de R\$ 14.265.

e) Ajuste de exercícios anteriores

Refere-se a apropriação de fornecedores e estorno de faturamento.

19. CUSTOS DOS SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Pessoal	82.256	70.003
Materiais	17.030	15.966
Energia Elétrica	70.137	52.783
Serviços de Terceiros	34.237	28.530
Depreciação e amortização	53.475	50.585
Outros Custos	<u>4.745</u>	<u>5.149</u>
	<u><u>261.880</u></u>	<u><u>223.016</u></u>

20. DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS

A composição dessas despesas, por natureza, é a seguinte:

	<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	<u>Comerciais</u>	<u>Administrativas</u>	<u>Comerciais</u>	<u>Administrativas</u>
Pessoal	8.976	63.966	8.083	55.793
Materiais	2.168	2.846	2.185	2.562
Serviços de Terceiros	20.278	34.908	17.002	30.357
Despesas Gerais	18.033	5.767	12.217	9.576
Depreciação e amortização	102	1.784	130	1.536
	<u><u>49.557</u></u>	<u><u>109.271</u></u>	<u><u>39.617</u></u>	<u><u>99.824</u></u>

21. SEGUROS

a) A Companhia tem contrato de seguros para cobertura de seus principais bens patrimoniais localizados na Capital, cujos valores de cobertura, em caso de sinistro, são considerados suficientes pela Administração, conforme apólice vigente até 22/09/2006:

	<u>Garantias</u>	<u>Importância do Seguro</u>	<u>Valor de Risco</u>
Administração Central sede - St. Jardim Goiás	incêndio/raio/explosão danos elétricos	1.500 50	1.500
Área comercial e Informática St.Universitário	incêndio/raio/explosão danos elétricos	1.500 50	1.500
Captação -Sistema Meia Ponte Fazenda São Domingos	incêndio/raio/explosão danos elétricos	5.500 50	5.500 50
Captação - Sistema João Leite St. Negrão de Lima	incêndio/raio/explosão vendaval / fumaça	1.500 50	1.500 50

b) 82,16% da frota de veículos no montante de R\$ 2.948, tem cobertura com apólice vigente até fevereiro de 2006 de 96 carros e 07 carros até maio de 2006.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O negócio principal da Companhia é promover o saneamento básico no Estado de Goiás, cumprindo-lhe, especificamente, elaborar projetos, realizar estudos e praticar a exploração dos serviços de tratamento e abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

- a. Risco de taxa de câmbio;
- b. Risco de taxa de juros;
- c. Risco de crédito;
- d. Risco de estiagem.

a) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade da companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que impactem os saldos de passivo de financiamento em moeda estrangeira, captados junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, e as despesas financeiras. A companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” com a finalidade de proteger-se do referido risco, em função do prazo de carência, dos montantes, custos envolvidos e oportunidades.

b) Risco de taxa de juros e inflação

Este decorre da possibilidade da companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e parcelamentos. A Companhia não tem celebrado contratos derivativos em mercados de bolsa para fazer “hedge” contra esse risco. Em 31 de dezembro de 2005 a Companhia possuía passivos relativos a empréstimos e

financiamentos (nota 09) no valor de R\$ 69.747 mil registrados no curto prazo e R\$ 205.956 mil registrados no longo prazo, captados a taxas variáveis de juros (CDI, TR). As obrigações referentes aos parcelamentos existentes (nota 13), registrados no passivo de curto e longo prazo, que no encerramento do exercício de 2005 apresentavam, respectivamente, os valores de R\$ 19.708 mil e R\$ 170.431 mil contratados com taxas variáveis de juros e inflação (TJLP e INPC),

A não correlação entre os índices de atualização monetária de seus passivos e das contas a receber, também representa um risco para a Companhia, uma vez que os reajustes de tarifa de fornecimento de água e esgotamento sanitário não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da companhia.

c) Risco de crédito

A carteira de clientes da companhia é bastante pulverizada entre suas 1.131 mil ligações de água e 409 mil ligações de esgoto, geograficamente dispersa no Estado de Goiás, segmentada em diversas categorias de consumo, aliado a política sistemática de cobrança, adotado pela companhia de modo a minimizar eventuais problemas de inadimplência o que atenua, significativamente, os riscos de crédito.

d) Risco de estiagem

As receitas da companhia referem-se a operações de fornecimento de água e coleta de esgoto a serem realizadas no futuro, estando sua existência condicionada à efetiva prestação de tais serviços. A ocorrência de longos períodos de estiagens poderão afetar, negativamente, a geração destas receitas. No entanto, não há nenhuma ocorrência histórica destes eventos que tenham comprometido, de forma relevante, a continuidade dos serviços.

e) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém em suas demonstrações contábeis instrumentos financeiros ativos e passivos, cujos critérios de avaliação estão descritos a seguir:

- (i) Disponibilidades – Compreendem caixa, contas bancárias (nota 4). Os valores de mercado desses ativos não diferem dos valores demonstrados no balanço.
- (ii) Empréstimos e financiamentos: tiveram seus valores atualizados de acordo com os contratos, utilizando-se os índices contratados na data do encerramento do exercício, aproximado-se dos seus valores de mercado.

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base dezembro de 2005) pagas a empregados ou administradores, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos foram: i) Maior remuneração R\$16.991; ii) Menor remuneração R\$ 631.

EDMARA RIBEIRO DE JESUS
Contadora CRC-GO 9. 651

GERALDO FERREIRA FÉLIX SOUSA
Diretor Presidente

DANIEL DOMINGUES
Diretor de Finanças e Relações com os
Investidores

MÁRIO JOÃO DE SOUZA
Diretor de Engenharia

LUÍS HUMBERTO G. GOMES
Diretor de Produção

MARCELO JAYME ALBERNAZ
Diretor de Administração

FRANCISCO HUMBERTO MOREIRA
Diretor Comercial e de Marketing